



BOLETIM 812

Brasília, 18 de junho de 2019

Para Centrais e Dieese, reforma da Previdência ainda tem perversidades

Dirigentes avaliaram a greve geral de 14 de junho como positiva e preparam agora entrega de abaixo-assinado contra a PEC da Previdência na Câmara e no Senado

A greve geral da última sexta-feira (14) foi “muito positiva”, na avaliação das centrais sindicais, que agora se preparam para ir a Brasília, possivelmente na semana que vem, para entregar aos presidentes da Câmara e do Senado abaixo-assinado contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 6, que muda as regras da Previdência. Mesmo com alterações no texto feitas pelo relator, deputado Samuel Moreira (PSDB-SP), os dirigentes mantêm as críticas ao projeto. Eles se reuniram na tarde desta segunda-feira (17) em São Paulo, na sede do Dieese, para avaliar a paralisação e organizar os próximos passos. Ao final de duas horas de encontro, com representantes de 10 centrais, foi divulgada uma nota sobre a greve (*leia ao final do texto*).

“Houve mudanças importantes (no texto da PEC 6), com a retirada da capitalização e em parte da desconstitucionalização”, afirmou o diretor técnico do Dieese, Clemente Ganz Lúcio. “Mas na essência as regras paramétricas foram mantidas. E são perversas para os trabalhadores”, acrescentou. O instituto deve publicar nesta terça-feira uma nota técnica sobre o relatório apresentado pelo deputado



tucano na comissão especial que analisa o projeto do governo.

O secretário-geral da Força Sindical, João Carlos Gonçalves, o Juruna, disse que o movimento de sexta “teve capilaridade no país todo”. “A unidade das centrais foi fundamental”, afirmou. Segundo ele, as mudanças incluídas no relatório, ainda que insuficientes, “foram fruto das mobilizações dos trabalhadores”. Um dos alvos das centrais é a questão da idade mínima.

“Foi uma greve mais ‘chão de fábrica’ do que em 2017”, comentou o secretário de Finanças da UGT, Moacyr Pereira, referindo-se à paralisação nacional realizada há pouco mais de dois anos pelas centrais. O movimento agora teria se concentrado mais em locais de trabalho. Ele também destacou decisões judiciais contra a greve, particularmente no setor de transporte. “Houve ameaças e práticas antissindicais, mesmo assim os trabalhadores participaram.”

Para o secretário-geral da CGTB, Carlos Pereira, houve uma “vigorosa resposta” do movimento sindical à tentativa do governo de impor a “reforma” no Congresso. “A greve mostrou que a classe trabalhadora pode derrotar essa proposta”, disse o secretário-geral da CUT, Sérgio Nobre, segundo a Agência Sindical. “Foi pujante e ampliou sua ação para o interior.”

Também estiveram no Dieese dirigentes da CSB, CSP-Conlutas, CTB, Intersindical (duas) e da Nova Central. Eles voltarão a se reunir, no mesmo local, na próxima segunda-feira (24).



Confira o documento das centrais sobre a greve

As Centrais Sindicais, reunidas nesta segunda-feira, 17/06, avaliaram como muito positiva a greve nacional realizada em 14 de junho, que promoveu paralisações em centenas de cidades e em milhares de locais de trabalho, além de atos e passeatas contra o fim da aposentadoria, os cortes na educação e por mais empregos. O sucesso da mobilização é resultado da unidade de ação do movimento sindical, construída ao longo do tempo e renovada nas deliberações das assembleias em locais de trabalho, em plenárias por categoria e intercategorias; e da articulação com os movimentos sociais, populares, estudantil e religiosos.

Essa greve, que atingiu 45 milhões de trabalhadores em todo o país, é um movimento que terá continuidade, com a ampliação da unidade de mobilização.

Nosso próximo passo será, em breve, entregar aos presidentes da Câmara e do Senado abaixo-assinado contra a proposta de reforma da Previdência do governo, com centenas de milhares de assinaturas coletadas em todo o país.

Nossa prioridade será a definição e construção, em reunião marcada para 24 de junho, das ações para ampliar a mobilização e a pressão contra a retirada dos direitos da Previdência e da Seguridade Social.

Agradecemos o compromisso de dirigentes, ativistas e militantes, o envolvimento dos movimentos sociais e a cobertura de toda a mídia. De outro lado, repudiamos as iniciativas de práticas antissindicais que visaram criminalizar a força e a luta dos trabalhadores.

Na unidade, construímos nossa capacidade de luta, que será contínua durante toda a tramitação da PEC no Congresso Nacional.

Fonte: Rede Brasil Atual

Maia: crítica de Guedes ao relatório unificou a Câmara

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, afirmou que a crítica do ministro da Economia, Paulo Guedes, ao parecer do deputado Samuel Moreira (PSDB-RJ) à reforma da Previdência (PEC 6/19), acabou tendo um efeito positivo, porque unificou o Parlamento em torno do texto.

Maia reafirmou que a reforma da Previdência não será impactada pelas crises no governo e que a agenda do Parlamento está focada, além da previdência, nas reformas tributária e administrativa. Ele também destacou que o Congresso também tem debatido propostas que melhorem os indicadores de pobreza no Brasil e reduzam as desigualdades.

Na sexta-feira, Guedes afirmou que a Câmara teria “abortado” a reforma com o parecer apresentado e Maia rebateu dizendo que a Casa blindou a reforma da “usina de crises” do governo.

“A fala dele uniu o Parlamento e nos deu chance estar mais próximos dos governadores e prefeitos. Tem crises ou críticas que vêm para o bem, então acho que fortaleceu a nossa posição e nossa certeza de que Câmara e Senado podem ter um papel de protagonista nesse momento, que nunca tiveram ao longo dos últimos anos”, disse Maia após participar de evento em São Paulo.

Capitalização - Em relação à proposta de capitalização, que foi retirada do relatório da comissão especial da Previdência, Maia afirmou que foi uma decisão correta, porque preservou a economia prevista.

Ele defende que o tema seja debatido no segundo semestre por meio de outra proposta que trate especificamente de capitalização. “Você imagina que R\$ 900 bilhões de economia, olhando o que tínhamos há 2 anos atrás que comemorávamos



R\$ 400 bi, é uma grande economia, somado aos R\$ 200 bi da MP 871/19 [a proposta combate fraudes na aposentadoria rural] temos mais de R\$ 1 trilhão, está no limite correto”, afirmou.

Reforma Tributária - O presidente da Câmara anunciou ainda que pretende instalar a comissão especial da Reforma Tributária no dia 27 deste mês, caso a reforma da previdência seja aprovada no colegiado até o dia anterior. Segundo ele, uma proposta não pode contaminar a outra e destacou que o mais importante é que a comissão consiga organizar e simplificar o sistema tributário brasileiro.

Presidente do BNDES - Rodrigo Maia também comentou a demissão do presidente do BNDES, Joaquim Lévy, e do diretor de mercado de capitais, Marcos Pinto. Para ele, os dois são importantes para o País e não poderiam ter sido demitidos da forma como foram.

“O Guedes errou, acho que já é passado e está decidido. Queria que o Marcos Pinto pudesse ser aproveitado num debate importante sobre economia com viés social, pois ele é um dos melhores do Brasil nessa área. Uma pena que foi feito dessa forma. Demitir faz parte, é um direito do governo, mas da forma como foi feito, está errado, não se pode tratar as pessoas desse jeito”, criticou.

Fonte: Agência Câmara

Brasil com pibinho abaixo de 1% e Bolsonaro mira tomada de três pinos

Com base no Boletim Focus, do Banco Central, a projeção para o PIB rompeu barreira do 1% e caiu para 0,93%, sendo a 16ª semana de queda consecutiva e indica que o país pode fechar o exercício em recessão.

Diante de tal quadro, Bolsonaro vai priorizar acabar com a tomada de três pinos. Segundo o jornal Valor Econômico, o governo prepara agora uma norma para revogar o uso da tomada de três pinos.

“Brasil terá pibinho de menos de 1%, mas Bolsonaro só tem olhos é para a tomada de três pinos”, afirmou a deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ), líder da Minoria na Câmara dos Deputados.

“Há 13 milhões de desempregados no país, 43 milhões de pobres, 3 milhões deixaram os planos de saúde devido aos altos preços, a reforma da Previdência pegando fogo, a cada dois segundos uma mulher é agredida (...) e o governo preocupado com a tomada de três pinos”, lamentou o senador Paulo Paim (PT-RS).

Produtividade recua - A produtividade por hora trabalhada no país, calculada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), recuou 1,1% no primeiro trimestre deste ano, na comparação com o primeiro trimestre de 2018. O dado é calculado com base nas Contas Trimestrais e na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad), divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

No trimestre anterior, a produtividade havia crescido 0,1%. Considerando-se os grandes setores da economia, apenas a agropecuária teve alta na produtividade do trabalho na comparação do primeiro trimestre do ano com o mesmo período de 2018 (0,4%). Na indústria e nos serviços, houve recuo de 1,2% no período.

Desigualdade aumenta, e renda da metade mais pobre da população cai 40%

Ao mesmo tempo, segmento dos 10% mais ricos acumula 3,3% a mais da renda do trabalho, concentrando 52% de toda renda produzida

De 2014 a 2019, os 10% mais ricos da população elevaram de 49% para 52% a fatia da renda do trabalho, no Brasil, apesar da crise econômica vivida pelo país. Por outro lado, os 50% mais pobres, que antes da crise ficavam com 5,74% da renda do trabalho, viram esse percentual cair para apenas 3,5%, no primeiro trimestre, segundo levantamento do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre-FGV) divulgado hoje pelo jornal El País Brasil.

Segundo o levantamento, após o período de recessão, quando o Produto Interno Bruto (PIB) caiu cerca de 9%, entre 2014 e 2016, os 10% mais ricos já acumularam crescimento na renda de 3,3%, se tornando mais ricos que antes da crise. Ao mesmo tempo, os 50% mais pobres perderam 20% da renda no período pós-recessão, agravando o quadro de desigualdade.

O total de desempregados atingiu 13,177 milhões, em abril, segundo o IBGE. Já o PIB, soma das riquezas do país, recuou 0,2%, nos primeiros três meses do governo Bolsonaro, em relação ao final de 2018. Com queda na produção, concentração de renda e sem trabalho, o número de famílias endividadas no Brasil já chega a 63,4%, maio, com aumento de 4,4% em relação a igual período do ano passado.



Devido a essas flutuações, o índice Gini, que mede a desigualdade de renda nos países, registrou o valor de 0,6257 para março de 2019. É a pior marca desde 2012, quando o índice passou a ser medido com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, do IBGE. De 0 a 1, quanto maior o Gini, mais desigual é uma sociedade.

Antes de ser medida pela Pnad Contínua, o índice registrou longa trajetória de queda, desde 1990, quando beirava 0,75, para pouco acima de 0,68, em 2010. Pela série nova, atingiu o valor mais baixo, de 0,6017, em março de 2015, quando começou a subir, devido ao aumento na concentração de renda.

Segundo o pesquisador Daniel Duque (Ibre-FGV), os mais pobres sentem mais os impactos da crise, e de maneira mais prolongada, devido à falta de dinâmica no mercado de trabalho. “Há menos empresas contratando e demandando trabalho, ao passo que há mais pessoas procurando. Essa dinâmica reforça a posição social relativa de cada um”, diz Duque, na reportagem.

Fonte: Rede Brasil Atual

Senadores planejam enfrentamento de Moro

O ministro da Justiça e Segurança Pública do governo, Sergio Moro, enfrentará páreo duro durante audiência no Senado nesta quarta-feira (19); até o senador Randolfe Rodrigues, defensor entusiasta da Lava Jato declarou que "se Jair Bolsonaro indicar o nome de Moro para ser ministro do STF, assistiremos a algo inédito: a rejeição, no Senado, de um candidato do presidente à corte".

A jornalista Mônica Bergamo aponta em sua coluna na Folha de S.Paulo que o ministro deve enfrentar ambiente hostil na audiência da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) do Senado.

Dos 54 parlamentares que a integram, 23 devem bater duro no ex-juiz. Moro já enfrentava resistência entre os senadores, que aumentou com a revelação das manipulações que fez à frente da Operação Lava Jato em conluio com o procurador Deltan Dallagnol.

A situação de Moro é tão precária que até o senador Randolfe Rodrigues, defensor entusiasta da Lava Jato, declarou que "se Jair Bolsonaro indicar o nome de Moro para ser ministro do STF, assistiremos a algo inédito: a rejeição, no Senado, de um candidato do presidente à corte".

Audiência com Greenwald - O Conselho de Comunicação Social (CCS) fará uma audiência com o jornalista do The Intercept, Glenn Greenwald. O site vem divulgando mensagens trocadas entre o ex-juiz e atual ministro da Justiça, Sérgio Moro, e o procurador Deltan Dallagnol, durante a operação Lava Jato. Os conselheiros ficaram divididos sobre a questão, que foi decidida com o voto do presidente do conselho, Murilo Aragão.

Fonte: Brasil247

Empresário confirma disparos em massa de whatsapp na campanha de Bolsonaro

"Durante a campanha eleitoral de 2018, empresas brasileiras contrataram uma agência de marketing na Espanha para fazer, pelo WhatsApp, disparos em massa de mensagens políticas a favor do então candidato a presidente Jair Bolsonaro (PSL)", informa a jornalista Patrícia Campos Mello, em reportagem publicada na Folha de S. Paulo desta terça-feira. A informação é do espanhol Luis Novoa, dono da Enviawhatsapps.

"Nos áudios, ele diz que "empresas, açougues, lavadoras de carros e fábricas" brasileiros compraram seu software para mandar mensagens em massa a favor de Bolsonaro. De acordo com Novoa, ele não sabia que seu software estava sendo usado para campanhas políticas no Brasil e só tomou conhecimento quando o WhatsApp cortou, sob a alegação de mau uso, as linhas telefônicas de sua empresa", aponta ainda o texto.

Fonte: Brasil247

Projeto obriga Sistema S a criar ações de apoio aos idosos

Projeto de lei (PL 3469/2019) determina que as entidades do chamado Sistema S criem ações de apoio à população idosa, especialmente destinadas às pessoas que precisam de ajuda para as tarefas diárias. O projeto é de autoria do senador Jorge Kajuru (PSB-GO) e aguarda relator na Comissão de Direitos Humanos.

Fonte: Agência Senado

TRT-18 definirá se devedor de contribuição sindical precisa ser convocado por edital

O Pleno do TRT da 18ª Região (GO) admitiu Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) para definir sobre a necessidade de notificar por edital devedor de contribuição sindical urbana com indicação de seu nome e do valor do crédito.

Ao admitir o IRDR, o TRT determinou também que sejam suspensos todos os processos que tramitam na Justiça do Trabalho em Goiás sobre esse tema, sem prejuízo da respectiva instrução.

O pedido foi instaurado a pedido do desembargador Mário Bottazzo, que apontou a existência de posicionamentos divergentes nas três turmas da corte.

A 1ª Turma considera ser imprescindível, para a constituição do crédito tributário da contribuição sindical, a notificação pessoal do sujeito passivo, na medida em que a publicação de editais genéricos, sem identificação específica da parte devedora, bem como do valor devido, não se mostram suficientes.

Já a 2ª Turma, que antes decidia também pela necessidade da notificação pessoal do devedor, modificou recentemente seu posicionamento em sentido contrário. O entendimento atual é baseado em jurisprudência do TST.

Por último, a 3ª Turma, que anteriormente entendia não ser necessária a notificação pessoal do devedor urbano referente à contribuição sindical, modificou seu entendimento no sentido de que não basta a publicação de edital genérico. Para os desembargadores, o edital deve ser mais específico, indicando a pessoa do devedor e os valores devidos com a referência ao período a que se refere.

Fonte: Consultor Jurídico



CCJ: audiências na JT não podem atrasar mais que meia hora

Advogados e partes não precisam aguardar mais do que meia hora para o início de audiências na Justiça Trabalhista. É o que diz projeto de lei (PL 1.539/2019) do senador Styvenson Valentim (Podemos-RN), que obteve parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) em 22 de maio. O relator na CCJ, senador Antonio Anastasia (PSDB-MG), lembra que o prazo é o mesmo fixado no Código de Processo Civil (Lei 13.105, de 2015). Caso seja adiada por esse motivo, a audiência será remarcada para a data mais próxima possível. Aprovada em caráter terminativo na comissão, a proposta seguiu para votação na Câmara dos Deputados.

Fonte: Agência Senado

BOLETIM CONTRICOM

Presidente

ALTAMIRO PERDONÁ

Secretário Geral

MIRALDO VIEIRA DA SILVA

Secretário de Finanças

AROLD PINTO GARCIA

Secretário para Assuntos de Comunicação

WILSON GERALDO SALES DA SILVA

Redação e Edição

INSTITUTO DOIS CANDANGOS